

O Militante



BOLETIM DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

RESOLUÇÃO DO COMITÉ CENTRAL SOBRE A LINHA POLÍTICA E TÁCTICA DO PARTIDO

1—O governo fascista é o governo dos monopólios, associados ao imperialismo estrangeiro, e dos latifundiários. Toda a política do governo fascista defende os interesses dos monopólios, dos latifundiários e do imperialismo, contra os interesses de toda a população portuguesa. A política fascista atinge em primeiro lugar o proletariado (os operários industriais e os assalariados rurais) intensificando a exploração e condenando-o a uma vida de miséria e privações. Mas atinge também o campesinato (pequenos e médios agricultores), a pequena burguesia urbana, a intelectualidade e vastos sectores da média burguesia. Todas essas classes e camadas da população estão vitalmente interessadas no derrubamento da ditadura fascista, na liquidação do poder dos monopólios e dos latifundiários, na libertação de Portugal do domínio imperialista.

O movimento nacional contra a ditadura fascista é uma larga frente anti-monopolista e anti-imperialista. A revolução por que lutamos é uma revolução democrática e uma revolução nacional. 2—Ao longo dos 37 anos da sua existência, toda a política da ditadura tem sido dirigida no sentido de apressar o processo da concentração e centralização de capitais. A política de «industrialização», o «condicionamento», as «reorganizações» industriais, a organização corporativa, têm sido armas dos monopólios para arruinar e finalmente liquidar os seus concorrentes: a pequena e média indústria. O governo de Salazar tem levado a cabo uma verdadeira cruzada de expropriação dos pequenos e médios industriais. Com os planos de «reorganização industrial», o governo prepara a rápida centralização compulsiva em muitos ramos da indústria. Isso representará a liquidação de numerosas pequenas e médias empresas. Processo semelhante se verificou na banca e se está verificando nos transportes e no comércio. Graças à política fascista, o capital financeiro (a banca ligada à grande indústria) tornou-se o senhor onipotente da economia portuguesa. Uma dúzia de grandes monopolistas domina, no seu interesse, as actividades económicas fun-

damentais do país, comanda a política fascista, e obtém lucros gigantescos ao preço da exploração sem limites da classe operária e da ruína das classes médias.

3—Os grupos monopolistas portugueses encontram-se intimamente associados ao imperialismo estrangeiro, partilhando com ele as riquezas principais do país. O imperialismo estrangeiro (a Inglaterra, a Alemanha Ocidental, os Estados Unidos, a França e outros), umas vezes só, outras vezes associado aos monopólios portugueses, domina completamente ou tem parte de leão nas minas, na electricidade, nos transportes e nas comunicações, no petróleo, nos estaleiros navais, na siderurgia, nas indústrias metal-mecânicas e de artigos eléctricos, nas cortiças, nos tabacos, na indústria química e da borracha, nas indústrias alimentares, na cerâmica, na têxtil, no papel, etc.. Esta associação é tão íntima que não se pode esperar dos grupos monopolistas portugueses qualquer posição NACIONAL contra o imperialismo. A política do governo fascista é a política da entrega crescente do país ao imperialismo, com prejuízo das actividades nacionais e da independência económica e política de Portugal.

4—A participação de Portugal nos Acordos livre-cambistas europeus, seja na «Zona dos Sete», seja no «Mercado Comum», representará ainda uma maior acentuação do domínio dos monopólios e do imperialismo estrangeiro. A baixa dos direitos aduaneiros permitirá aos monopólios estrangeiros baterem e arruinarem a indústria portuguesa no próprio mercado português, investirem novos capitais, pilharem ainda em maior escala os recursos naturais, explorarem ainda mais desenfreadamente as classes trabalhadoras de Portugal. Já hoje, a pretexto da necessidade de resistir à concorrência no quadro desses Acordos, o governo fascista apressa ou prepara a concentração forçada em alguns ramos industriais, e abre o país e as colónias portuguesas a novos investimentos do capital estrangeiro.

Alguns sectores da média burguesia procuram estabelecer um compromisso com o imperialismo,

prometendo a entrada dum Portugal libertado da Ditadura num «Mercado Comum» a troco dum auxílio político e diplomático para solução do problema político português. Uma tal orientação, que se propõe continuar a sacrificar a independência de Portugal e os interesses do povo português, não tem em conta que a própria média burguesia é implacavelmente sacrificada aos interesses do capital financeiro. Na entrada de Portugal nas zonas de comércio livre só poderão estar interessados os monopólios e o imperialismo.

5— Toda a política do governo fascista na agricultura tem sido e é uma política de defesa dos interesses dos latifundiários e dos grandes capitalistas (uns e outros hoje intimamente ligados ao capital financeiro) contra todas as restantes classes laboriosas dos campos. A política fascista dos preços, do mercado e do crédito, coloca numa situação aflitiva a média lavoura e tem provocado a ruína e a liquidação de centenas de milhares de pequenas explorações agrícolas e a consequente proletarianização dos pequenos agricultores. O desenvolvimento do capitalismo na agricultura atira os assalariados rurais para o desemprego durante uma grande parte do ano. O endividamento de grande parte da lavoura representa a objectiva transferência da propriedade da terra para os bancos e usurários. Acentua-se a concentração da propriedade, que o governo procura apressar com a lei do emparcelamento. A agricultura portuguesa atravessa uma crise sem precedentes, de que os latifundiários e grandes capitalistas procuram sair sacrificando ainda mais o proletariado rural e os pequenos e médios agricultores.

6— Nas condições da ditadura fascista, a classe operária portuguesa é vítima da mais violenta exploração. Dados os aumentos dos preços dos géneros de primeira necessidade, os salários reais não param de descer. A intensificação do trabalho, as «campanhas de produtividade», a «racionalização» da indústria intensificam os processos de exploração e condenam ao desemprego total e parcial milhares de operários industriais. A chamada «comparticipação» dos operários no capital de algumas grandes empresas é apenas uma escandalosa e demagógica mistificação pela qual o patronato procura travar a luta reivindicativa da classe operária pelo preço dumas infimas migalhas que distribui.

Os assalariados rurais são também vítimas da exploração mais desumana. Os baixos salários e o desemprego condenam-nos a uma miséria sem precedentes.

Toda a política do governo fascista é dirigida no sentido de agravar a exploração da classe operária, procurando esmagar pelo terror todas as suas justas reclamações.

7— Dominado pelo imperialismo estrangeiro, Portugal é ao mesmo tempo, um país colonialista. São também os monopólios associados ao imperialismo estrangeiro que exploram os povos das colónias portuguesas. O domínio colonial nenhuns benefícios traz nem pode trazer às classes laboriosas de Portugal. O domínio colonial tem representado para o nosso país o atraso económi-

co geral, tem retardado o fortalecimento do poder dos monopólios e do imperialismo estrangeiro. Portugal tem recursos bastantes para uma vida independente e desafogada. O povo português e a nação portuguesa estão vitalmente interessados na conquista da independência pelos povos das colónias portuguesas. «Não pode ser livre um povo que oprime outros povos».

Ante o movimento nacional libertador nas colónias portuguesas, o governo fascista ao serviço dos monopólios e do capital estrangeiro procura manter o domínio e a escravidão colonial através do terror e da guerra. Uma tal política, que fecha os olhos à realidade do mundo de hoje, sofreu um primeiro fracasso em Goa, Damão e Diu e sofrerá novos fracassos nas restantes colónias portuguesas. Nada poderá evitar a total derrota do sistema colonial. A guerra colonial sacrifica a vida da juventude portuguesa numa guerra injusta e condenada à derrota em que são praticadas revoltantes atrocidades contra os povos africanos. Para ocorrer às despesas militares, o governo fascista intensifica a exploração da classe operária, esmaga com impostos todas as classes laboriosas, provoca a carestia, faz descer o nível de vida do povo, contrai no estrangeiro empréstimos que agravam os laços de dependência de Portugal. A política colonial do governo conduz o país a um desastre nacional.

8— A troco do auxílio dos imperialistas para se manter no poder, o governo fascista não se limita a entregar-lhes as riquezas nacionais. Ele faz participar Portugal no bloco agressivo da N. A. T. O., dá o território português para a instalação de bases militares estrangeiras, obriga o país a enormes encargos financeiros e alinha com os círculos mais reacconários e agressivos do imperialismo. Esta política de guerra não só custa já hoje grandes sacrifícios ao povo português como faz tombar sobre Portugal sombrias ameaças.

O enfundamento completo ao imperialismo tem conduzido ao crescente isolamento internacional de que resultam grandes prejuízos para o país. A falta de relações com o campo socialista priva Portugal de relações económicas favoráveis e da cooperação cultural com os países socialistas.

9— Toda esta política dos monopólios (associados ao imperialismo estrangeiro) e dos latifundiários atinge os interesses e encontra viva resistência das mais vastas massas da população. Só com a privação completa das liberdades democráticas, a repressão contra quaisquer manifestações de descontentamento, a intimidação e o terror, pode ser realizada uma tal política. O estado fascista, (as forças armadas, a polícia, os tribunais, o aparelho burocrático) são o instrumento da opressão da burguesia monopolista e dos latifundiários sobre as restantes classes sociais.

10— A natureza de classe do governo fascista e da sua política indica quais as classes interessadas no seu derrubamento e quais os objectivos políticos fundamentais do movimento nacional anti-fascista. Na luta nacional contra a ditadura fascista estão interessados o proletariado, o campesinato, a pequena burguesia e vastos sectores da

média burguesia. Nessa luta estão também interessados os povos das colónias portuguesas, aliados do povo português.

Para que o derrubamento da ditadura fascista abra a via do desenvolvimento democrático do país, é necessário que seja acompanhado da liquidação da base social da ditadura, da liquidação do poder dos monopólios e dos latifundiários e da libertação de Portugal do domínio imperialista. O movimento nacional contra a ditadura fascista é um movimento anti-monopolista e anti-imperialista.

11—Conforme o P. C. P. tem repetidamente insistido, os objectivos políticos da revolução democrática devem ser:

- 1º Destruir o Estado fascista e instaurar as liberdades democráticas;
- 2º Eliminar o poder dos monopólios, nacionalizando os sectores fundamentais da economia portuguesa;
- 3º Realizar uma Reforma Agrária que entregue a terra a quem a trabalha;
- 4º Libertar a nossa Pátria do domínio imperialista estrangeiro;
- 5º Reconhecer aos povos das colónias portuguesas o direito à independência;
- 6º Realizar uma política social que garanta uma rápida elevação do nível de vida das classes trabalhadoras;
- 7º Seguir uma política externa de paz e co-opeção com todos os Estados na base da igualdade de direito.

Tal é no fundamental, o Programa do Partido Comunista Português na actual etapa da revolução.

12—A natureza de classe do governo fascista cria condições para a união de vastas camadas da população portuguesa numa frente contra os monopólios, os latifundiários e o imperialismo estrangeiro e contra o governo fascista que os serve.

A arrumação das classes sociais indica o sistema de alianças do proletariado para a revolução democrática. Os aliados do proletariado são: o campesinato, a pequena e a média burguesia. No plano político este sistema de alianças traduz-se na unidade das forças democráticas e patrióticas, ou seja na unidade do Partido Comunista com os agrupamentos e correntes socialistas, republicanas liberais, católicas progressistas, constituindo com elas uma ampla Frente Patriótica.

Os povos coloniais são também um aliado do proletariado e do povo português em geral. A luta dos povos das colónias portuguesas pela sua independência dirige-se neste momento contra o mesmo inimigo contra o qual luta o povo português: o governo fascista de Salazar. A luta do povo português e a luta dos povos das colónias portuguesas constituem uma importantíssima ajuda recíproca.

3—A formação duma larga frente em que participam o proletariado, o campesinato e a pequena e média burguesia não elimina as contradições dos interesses destas várias classes sociais especialmente entre o proletariado e a burguesia. Ao mesmo tempo que conduz, junto com os seus alia-

dos, a luta contra o domínio dos monopólios, o proletariado continua a lutar a sua luta de classe contra a burguesia no seu conjunto, contra a exploração capitalista, em defesa do pão, de melhores salários, de melhores condições de vida.

14—A média burguesia é, de todos os aliados do proletariado, aquele que manifesta mais hesitações. Por um lado, sente-se violentamente atingida pelo domínio dos monopólios e está objectivamente interessada na liquidação do seu poder. Por outro lado, receia o proletariado e a revolução. Por um lado está OBJECTIVAMENTE interessada na libertação do imperialismo e na liquidação do domínio colonialista português. Por outro lado ambiciona engrandecer-se à sombra do capital estrangeiro e da exploração colonial.

Dai a posição hesitante da média burguesia, as suas vacilações na frente anti-fascista, ora agindo em comum com as outras forças anti-monopolistas, ora procurando compromissos com os monopólios e com o imperialismo contra a classe operária, o campesinato e a pequena burguesia. Apesar porém dessas vacilações, a abolição do poder dos monopólios e do seu governo é para ela uma questão de sobrevivência e por isso se aproxima das outras classes anti-monopolistas na luta contra a ditadura fascista.

15—O campesinato não tem uma posição homogénia. Enquanto os interesses dos camponeses pobres os aproximam do proletariado rural os camponeses médios receiam a aliança com o proletariado. Todas as camadas camponesas sofrem entretanto directamente o domínio dos monopólios e dos latifundiários e são assim conduzidas a participarem no movimento nacional anti-monopolista, na luta contra a ditadura fascista.

A pequena burguesia urbana sofre as hesitações resultantes do carácter contraditório dos seus interesses. Entretanto, gravemente atingida pelo monopolismo e ameaçada de liquidação, radicaliza-se rapidamente.

A intelectualidade, asfixiada a ciência e a cultura pela política fascista, toma no geral uma posição progressista e tem uma participação muito activa e influente no movimento democrático.

16—As reservas à constituição duma ampla frente anti-fascista em que participem todas as classes anti-monopolistas e respectivas organizações políticas, vêm por um lado do conservatismo da média burguesia, por outro lado do radicalismo pequeno burguês. O conservatismo da média burguesia, receia a unidade com a classe operária e o seu Partido, o Partido Comunista. O radicalismo pequeno burguês nega a necessidade ou a vantagem da participação da média burguesia na frente anti-fascista. Estas tendências conduzem à descordenação da actividade dos vários sectores da Oposição e prejudicam o desenvolvimento da luta nacional contra a ditadura.

17—De todas as classes que participam no movimento democrático nacional, só o proletariado está em condições de lutar consequentemente até o fim por todos os objectivos políticos fundamentais da revolução democrática.

Este facto confere ao proletariado e ao Partido

um papel de relevo na luta nacional contra a ditadura fascista. Só o proletariado está em condições de promover a união de todas as classes e camadas anti-monopolistas, de lhes dar um espírito organizador e um impulso revolucionário.

Não é possível uma revolução democrática em Portugal sem a participação determinante do proletariado.

18—As contradições de interesses e as consequentes hesitações políticas e diferenças de maturidade política das várias classes que participam no movimento nacional contra a ditadura fascista, dificultam a aceitação por todas elas dos objectivos políticos da revolução democrática, na conquista dos quais todas estão entretanto interessadas.

Ao mesmo tempo que desenvolve um grande trabalho para ganhar todas essas classes e os agrupamentos políticos que as representam para os objectivos políticos fundamentais da revolução democrática, o Partido Comunista esforça-se para que todos se unam desde já na luta pela liberdade política—objectivo que todos consideram o primeiro, indispensável, central e comum objectivo.

A instauração das liberdades democráticas (liberdade de organização de todos os partidos, de reunião, de imprensa, de manifestação) e a realização de eleições livres para uma assembleia constituinte, através das quais o povo português escolha a forma de governo e os governantes que entender, é a reivindicação comum sempre defendida por todos os agrupamentos e correntes anti-fascistas.

Para que esta reivindicação possa ser alcançada, é indispensável que o derrubamento do governo fascista seja acompanhado pela destruição do estado fascista e pela constituição dum estado democrático, isto é, pela organização de forças armadas democráticas, dum aparelho judicial democrático, duma policia democrática.

19—A unidade das forças democráticas e patrióticas deve assentar na unidade da classe operária e na aliança da classe operária com o campesinato.

Dada a inexistência de partidos operários, além do Partido Comunista e de sindicatos livres, a unidade da classe operária realiza-se não por acordos entre partidos ou outras organizações, mas na luta em defesa dos interesses imediatos da classe operária e na luta política contra a ditadura fascista e pelas liberdades. São expressões da unidade da classe operária os mais diversos organismos de unidade (legais, semi-legais, ou ilegais) como comissões de Unidade, Comissões Sindicais, Comissões de classe, e outras.

A aliança da classe operária com o campesinato realiza-se pelo desenvolvimento da luta económica e política das classes camponesas pelos seus interesses vitais e contra a ditadura fascista. É também expressão da aliança a acção unitária do Partido Comunista e de dirigentes democráticos que, embora muitas vezes tidos por representantes da intelectualidade, representam social e politicamente certas camadas do campe-

sinato.

20—A unidade das forças democráticas e patrióticas realiza-se tanto na luta popular como na acção conjunta dos partidos e agrupamentos anti-fascistas.

As lutas da classe operária e de outras classes laboriosas pelas suas reivindicações imediatas constituem um dos aspectos mais importantes do movimento nacional contra a ditadura fascista. As lutas por melhores salários, contra o desemprego, contra a carestia de vida, contra os impostos, pela instrução e cultura, pela defesa dos interesses locais e regionais, etc. colocam desde logo as massas populares em choque com o Estado fascista e o seu aparelho repressivo. Nas condições da ditadura fascista, as lutas em defesa dos interesses económicos e culturais da população trabalhadora adquirem o significado de lutas políticas. Pela sua própria experiência, as massas populares adquiriram consciência de que assim é.

A luta política aberta tem-se desenvolvido impetuosamente. Os movimentos e manifestações exigindo a demissão de Salazar, a instauração das liberdades democráticas, a amnistia, o fim da guerra colonial, são das mais vivas expressões dos sentimentos anti-fascistas, da consciencialização política e da vontade combativa do povo português.

É na luta diária contra a política do governo em todos os seus aspectos e na luta política aberta contra a ditadura fascista que se consolida, se fortalece, se desenvolve a unidade das forças democráticas e patrióticas.

21—A acção conjunta dos partidos, agrupamentos e individualidades anti-fascistas é outro aspecto essencial da unidade das forças democráticas e patrióticas.

A unidade real das massas populares nas lutas económicas e políticas impulsiona a unidade das forças políticas. O exemplo da unidade das massas populares, a sua exigência de que todos os adversários do regime se unam na luta contra o inimigo comum, pesam na atitude dos democratas mais hesitantes e decidem muitos à unidade. Os sentimentos unitários são gerais nas massas populares e na maioria dos sectores democráticos. Poucos são aqueles que, no campo anti-fascista defendem a exclusão de quaisquer outras forças dum movimento unitário.

A Frente Patriótica é um largo movimento em que participam as principais correntes política anti-fascistas. O fortalecimento e consolidação da Frente Patriótica exige conversações, consultas, acordos e entendimentos entre os diversos agrupamentos democráticos.

É tarefa das forças democráticas e patrióticas unidas criar organizações de unidade em todos os sectores da população incluindo os militares, e desencadear amplas acções políticas, preparando assim as condições necessárias para derrubar o governo fascista. O objectivo fundamental da Frente Patriótica é o derrubamento do governo fascista e a instauração dum regime democrático.

22—A unidade dos democratas e patriotas que

encontram no estrangeiro é um valioso estímulo à unidade no interior do país.

A actividade dos democratas e patriotas portugueses emigrados pode, não só esclarecer a opinião pública internacional acerca da situação existente em Portugal e estimular a solidariedade internacional do povo português, como ajudar directamente a luta contra a ditadura fascista no interior do país.

23—A organização das forças democráticas e patrióticas é uma condição essencial para o desenvolvimento do movimento nacional contra a ditadura.

As Juntas Patrióticas são organismos ilegais de unidade participantes na Frente Patriótica. Delas fazem parte democratas e patriotas de todas as tendências. As suas tarefas fundamentais devem ser criar uma forte organização democrática nacional e dirigir acções políticas contra a ditadura fascista. Para tal, é muito importante a estruturação da sua organização, com a formação de Juntas locais e regionais e duma Junta Central.

Para o alargamento e reforço do movimento unitário, é de considerar a formação de outros organismos e organizações ilegais de unidade além das Juntas Patrióticas.

É igualmente importante procurar formas de organização legais e semi-legais do movimento democrático.

24—Dado que o Estado fascista é ainda Estado forte, centralizado e militarista, onde não existem quaisquer liberdades e que reprime com violência todas as reclamações democráticas e populares torna-se necessário o recurso à força para derrubar o governo fascista e levar ao poder um governo provisório que tome as medidas imediatas necessárias para a liquidação do Estado fascista, instaure as liberdades democráticas fundamentais e convoque eleições livres para uma Assembleia Constituinte.

O caminho que se oferece ao povo português para se libertar da ditadura fascista é um caminho não pacífico. Nisto estão de acordo todas as forças democráticas e tal é também o sentimento geral do povo português.

25—O caminho não pacífico que se oferece ao povo português para se libertar da ditadura fascista não é nem um golpe militar, nem acções terroristas.

As depurações sucessivas nas forças armadas, ao longo de 37 anos de ditadura, os critérios de selecção da oficialidade, a intensa espionagem militar, tornam extremamente difícil a acção dos oficiais democráticos. Não é de esperar que golpes militares de âmbito local possam por contágio levar a um levantamento militar generalizado. Não há que contar com a espontaneidade nas acções revolucionárias de militares. Golpes militares precipitados têm levado e podem de novo levar à liquidação de organizações revolucionárias nas forças armadas e ao consequente enfraquecimento do movimento anti-fascista.

O terrorismo individual ou de grupos de «acção directa» (atentados, sabotagens, etc.) favore-

ce por um lado a ideia de que o derrubamento da ditadura pode resultar da acção dum pequeno número de homens decididos e tende por isso a afastar as massas da luta. Por outro lado, faz recuar camadas menos politizadas, facilita e dá pretextos à repressão ainda mais violenta e pode levar à liquidação, sem utilidade, de corajosos combatentes de vanguarda.

Deve levar-se a cabo um persistente e firme trabalho de esclarecimento contra as tendências golpistas e terroristas.

26—O caminho que se oferece ao povo português para derrubar a ditadura fascista é o levantamento nacional, a insurreição popular. Para que o levantamento nacional anti-fascista possa ser vitorioso é indispensável a participação e neutralização de parte importante das forças armadas.

O levantamento nacional, a insurreição popular, só pode ser vitoriosa numa situação de crise revolucionária, ou seja, quando as forças do governo fascista roídas por contradições e dissídios não estiverem mais em condições de resistir ao ascenso do movimento democrático e quando o movimento democrático pela sua organização e pela disposição e decisão das massas que nele participam, estiver em condições de se lançar ao assalto do poder.

27—A aproximação da crise revolucionária pode levar as classes dominantes a procurar uma saída. Os grupos monopolistas e o imperialismo podem manobrar no sentido duma modificação política, seja mantendo um fascismo sem Salazar, seja mesmo procurando atrair a média burguesia a uma acção conjunta para a «liberalização do regime» ou a instauração de um regime aparentemente democrático que mantivesse sob nova forma o poder dos monopólios associados aos imperialistas, e mantivesse a classe operária e a pequena burguesia à margem da vida política nacional. As forças democráticas, a classe operária e o povo português, devem estar prevenidos contra tais manobras e prontos a responder a elas com acções decididas para a realização das reivindicações fundamentais da revolução democrática.

28—Outras manobras são de prever. Perante o desenvolvimento impetuoso do movimento nacional libertador e a consequente inevitabilidade do completo desmoronamento do sistema colonial as grandes potências imperialistas procuram através do neo-colonialismo manter e mesmo reforçar as suas posições nos países oprimidos. Em relação às colónias portuguesas importantes círculos imperialistas, especialmente norte-americanos, embora continuem a ajudar Salazar para que este conduza a guerra colonial procuram, por outro lado, limitar a actividade e isolar internacionalmente as forças nacionalistas progressivas e favorecer a criação de movimentos nacionalistas sob o seu controle. Têm com isso em vista reforçar através de governos submissos às suas posições nas colónias portuguesas depois que estas alcancem uma independência formal.

Tal política de importantes círculos imperialistas, dificultando no imediato o desenvolvimento



da guerra de libertação dos povos das colónias portuguesas, favorece as posições dos exércitos colonialistas de Salazar. Mas, por outro lado, conduz a um cada vez maior isolamento internacional do governo fascista, submete este a pressões diplomáticas e anima as dissidências no campo fascista. Insistindo na sua política de guerra e de escravidão colonial tradicional, Salazar é entalado entre a luta do povo português pela democracia, a luta libertadora dos povos coloniais e as manobras do neo-colonialismo. A evolução desta situação pode vir a obrigar os círculos governantes a mudanças (mesmo que só aparentes) na sua política colonial.

As forças democráticas, estando alertadas contra tal possibilidade e prontas a desmascarar tais manobras, devem aproveitar com audácia estas contradições do regime fascista para agravarem as dificuldades deste, alargarem o campo anti-fascista e desenvolverem mais rapidamente o movimento nacional contra a ditadura.

29—Com vistas ao apressamento da eclosão duma crise revolucionária e de criação das condições subjectivas que permitam lançar com êxito a insurreição popular, as tarefas fundamentais das forças democráticas são: unirem-se, organizarem-se e desenvolverem a luta popular de massas. Só a luta popular de massas pode conduzir a uma insurreição popular vitoriosa.

30—Para o desenvolvimento da luta popular de massas e do movimento democrático em geral, é fundamental a associação da actividade legal e ilegal. Ao mesmo tempo que se impõe o fortalecimento da actividade clandestina, impõe-se a intensificação das actividades legais e semi-legais.

No campo anti-fascista há a este respeito duas tendências contrárias igualmente negativas. Uma parte da burguesia liberal rejeita a actividade clandestina e defende que o movimento democrático deve empregar todos os seus esforços para conseguir do governo autorização para desenvolver uma actividade legal. Uma parte da pequena burguesia, mais radicalizada, defende que se esgotaram todas as possibilidades de actuação legal, que as tentativas de a realizar amolecem as forças revolucionárias e que por isso se deve apenas realizar uma actividade clandestina.

Tais concepções, a primeira oportunista, a segunda sectária, são igualmente negativas e erradas. 31—Dada a inexistência de quaisquer liberdades, para que as forças democráticas possam empreender com êxito amplas acções políticas (legais ou ilegais) necessitam de se apoiar num sólido e vasto trabalho ilegal de organização, de imprensa, de agitação e propaganda, de mobilização das massas populares para a luta política.

O trabalho ilegal é indispensável para o desenvolvimento do movimento nacional contra a ditadura fascista.

O trabalho ilegal é particularmente necessário no que respeita à organização nas forças armadas. Impõe-se a criação nas forças armadas de sólidas organizações revolucionárias, estritamente clandestinas e adoptando em toda a sua actividade

um rigoroso segredo.

32—Apesar da inexistência de quaisquer liberdades, da repressão violenta contra toda a actividade da Oposição mesmo quando realizada ao abrigo dos preceitos legais, da restrição cada vez maior nas possibilidades da actuação legal, devem continuar com persistência e audácia a aproveitar-se todas as possibilidades existentes de actuação legal e semi-legal, mesmo as mais contingentes e limitadas, e lutar para criar novas possibilidades. Apesar das muito grandes dificuldades é de insistir nos esforços para criar movimentos legais e semi-legais da Oposição, para aproveitar quaisquer «eleições» fascistas com vistas a realizar amplas acções políticas de massas, para levar por diante constantes lutas políticas, mesmo de âmbito limitado como abaixo-assinados, comemorações de datas históricas, etc. É de insistir também num trabalho progressista dentro das organizações legais de massas (Sindicatos Nacionais, Casas do Povo e dos Pescadores, associações escolares, clubes recreativos e desportivos, sociedades culturais, cooperativas, etc.) aproveitando essas organizações para a ampliação da luta popular de massas nos mais variados aspectos.

33—As lutas pelas reivindicações económicas imediatas da classe operária (pelo aumento de salários, contra a carestia e a falta de géneros, contra o desemprego) não só devem alargar-se e intensificar-se, como devem adquirir formas mais elevadas. São tarefas urgentes passar das lutas reivindicativas em empresas isoladas (que entretanto devem continuar) às lutas conjuntas de empresas da mesma localidade ou do mesmo ramo, e passar das reclamações e concentrações nas empresas (que também devem continuar) às paralizações e reclamações e concentrações nas empresas (que também devem continuar) às paralizações e greves de carácter local e regional.

Esforço semelhante, para alargamento, intensificação e unificação das lutas parciais, deve ser feito em relação aos assalariados rurais.

Para levar a bom termo estas tarefas impõe-se conhecer diariamente a situação dos trabalhadores e o estado de espírito das massas, desenvolver um adequado trabalho de organização e de agitação, impulsionar para diante e com audácia todos os movimentos reivindicativos.

34—Um grande esforço deve ser feito para desenvolver as lutas dos pequenos e médios agricultores, industriais e comerciantes, dos intelectuais, artistas, cientistas e técnicos, da juventude, das mulheres. Além da luta pelos interesses das diversas classes e camadas da população atingidas pela política fascista, interessa promover e encaixar lutas em defesa de interesses locais e regionais.

35—Tem vindo a acentuar-se nos últimos anos a importância da participação da juventude no movimento nacional contra a ditadura fascista. Deve prosseguir-se a organização legal e ilegal da juventude trabalhadora e estudantil, as acções mais diversas em defesa dos seus interesses vitais (salários, aprendizagem, condições de traba-

lho, instrução, vida associativa nas universidades e outras escolas, etc.), a sua activa participação na luta política.

A luta contra a guerra colonial, embora seja tarefa de todo o povo português, é um dos aspectos centrais da luta da juventude contra a ditadura fascista. São de intensificar as deserções colectivas e as acções de protesto e resistência dos soldados contra a mobilização e a partida para a guerra. São também de encarar acções que visem atingir directamente a máquina militar colonialista.

36—Com a crescente politização das massas populares, a luta política aberta contra a ditadura fascista tem adquirido expressões cada vez mais elevadas, destacando-se pela sua grandiosidade e significado, as manifestações de rua. Apesar da violenta repressão, é possível e urgente impulsionar as lutas políticas de massas pelas liberdades democráticas, contra o terror fascista e pela amnistia, etc..

As lutas políticas podem tomar formas diversas (reclamações, manifestações etc.) e ser legais, semi-legais ou ilegais. Para que as lutas políticas possam desenvolver-se com sucesso, impõe-se que a animá-las e dirigi-las exista uma forte organização.

No decurso do desenvolvimento do movimento popular (greves, manifestações, etc.) é de encarar a organização de acções de novo tipo, para defesa e auto-defesa das organizações democráticas e das

massas, para agitar e em larga escala, para difundir directamente a guerra colonial, etc.

A intensificação da luta política e económica das massas populares enfraquece o regime fascista e fortalece e prepara as forças democráticas para lutas decisivas. E através das lutas de massas e da organização, que se preparem as condições subjectivas para o levantamento nacional, para a insurreição popular.

37—Ao Partido Comunista Português, como Partido da classe mais revolucionária—o proletariado—, como o mais forte e influente Partido da Oposição, cabe um papel decisivo no desenvolvimento do movimento nacional contra a ditadura fascista. Defender o Partido da repressão, manter e reforçar o seu núcleo dirigente e o seu aparelho clandestino, consolidar e desenvolver a sua organização, estreitar as suas ligações com a classe operária e as massas populares, são tarefas indeclináveis do Partido, de cuja realização depende em larga medida o êxito e vitória do movimento democrático, o breve derrubamento da ditadura fascista e a instauração dum regime democrático em Portugal.

Agosto de 1963

O Comité Central

do Partido Comunista Português.

DEFENDER O PARTIDO PRIMEIRA TAREFA DE TODO O PARTIDO E DE CADA MILITANTE

—RESOLUÇÃO DO COMITÉ CENTRAL—

Cada vez mais isolado, vivendo a crise mais grave da sua história, o governo fascista recorre ao terror: prisões em massa, torturas, condenações, assassinatos, intimidações, exhibições do aparelho repressivo. Isso não é sintoma da sua força, mas do seu isolamento e do seu desespero. Aproxima-se o fim da ditadura fascista. Todos os militantes, todos os combatentes anti-fascistas, devem estar certos de que a vitória será sua. O aparelho do Estado fascista será destruído e a democracia será instaurada em Portugal.

O PARTIDO RESISTE À OFENSIVA VIOLENTA DA REPRESSÃO

As brigadas de assassinos e torturadores da PIDE, levam a todo o país, o crime, a brutalidade, a desordem, a inquietação e o alarme. O alvo principal da acção da PIDE é o nosso Partido, dirigente da luta popular contra a ditadura fascista. A PIDE dispõe de poderosos recursos técnicos,



financeiros e em quadros e o seu conhecimento adquirido ao longo dos anos dos métodos de trabalho do Partido são muito largos. As forças do inimigo concentradas na luta para atingir o Partido, não se limitam porém à PIDE. Em todo o país sob a direcção da PIDE, as forças da Legião, da GNR, da PSP e em certa medida da PVT, da Guarda Fiscal e da Polícia Judiciária estão voltados contra o Partido apesar de que na GNR, PSP e GF há muitos homens honrados.

A PIDE faz um largo e intenso esforço para introduzir na organização partidária provocadores. Organiza redes de informadores, paga-os e instrui-os, fornece-lhes meios financeiros e de transporte para localizarem funcionários do Partido. Em todo o país, se faz uma verdadeira «caça» aos militantes, particularmente aos funcionários, identificando em massa todos aqueles que se tornam «suspeitos», vigiando intensamente os meios de transporte e ruas das localidades, fazendo baragens nas estradas e caminhos, patrulhando os campos, fazendo buscas e rusgas, revistando malas e embrulhos, isolando localidades e regiões por cinturas de vigilância. Averiguações sistemáticas da ordem mais variada procuram localizar as

instalações clandestinas e os meios clandestinos de acção do Partido. Nunca se assistiu a uma tão grande e violenta ofensiva do aparelho repressivo fascista.

Apesar de toda a violentíssima repressão, o Partido continua na vanguarda da classe operária e do povo português. A Direcção continua no seu posto no interior do país. O aparelho clandestino e técnico central continua em condições de conduzir e assegurar o trabalho corrente. A imprensa clandestina (central e de sectores) continua a ser publicada e difundida largamente, a agitação continua a ser feita em todo o país, a organização do Partido mantém-se à escala nacional nos centros industriais, rurais e urbanos fundamentais. O Partido mantém, e em muitos sectores, reforça a sua ligação com a classe operária e as massas populares, dirige centenas de pequenas e grandes lutas: manifestações, greves, movimentos reivindicativos, etc.. Só um forte Partido, profundamente enraizado na classe operária e no povo, bem organizado, com larga experiência do trabalho clandestino, com quadros firmes e profundamente dedicados, poderia conseguir tais êxitos nas condições da violenta e desesperada ofensiva do aparelho repressivo fascista.

GOLPES GRAVES, E AS DEFICIÊNCIAS QUE REVELAM

Apesar porém destes êxitos, as forças repressivas fascistas têm conseguido assentar duros golpes no aparelho clandestino e nas organizações do Partido. Desde 1957 foram presos cerca de 100 funcionários do Partido. Apesar de que, pelo trabalho do Partido, e pela coragem dos seus militantes, dezenas de camaradas presos conseguiram evadir-se das prisões fascistas e voltar à luta, estes golpes desfalcaram gravemente os quadros mais experimentados do Partido.

Recentemente, desde o princípio do ano até agora, o inimigo conseguiu atingir por três vezes os quadros de funcionários, prendendo no total 19 funcionários do Partido (entre os quais o camarada Blanqui Teixeira, membro do Comité Central e nove com tarefas de organização), assaltando 10 casas clandestinas do Partido e privando o Partido de importantes recursos materiais. Diversas organizações locais e de empresa foram atingidas com a prisão de centenas de membros do Partido.

Estes golpes — atingem gravemente o Partido, afectam o trabalho de direcção e a sua continuidade, a força e segurança do aparelho clandestino central, o desenvolvimento da organização e da condução das lutas populares. Afectam assim todo o trabalho do Partido e dificultam que este cumpra a sua tarefa central: ter um papel determinante no desenvolvimento da luta nacional

contra a ditadura fascista até à instauração dum regime democrático em Portugal.

Os golpes sofridos desde Janeiro, mostram que muitas deficiências na defesa do Partido (umas há muito caracterizadas, outras que agora melhor se revelam) continuam a verificar-se: deficiências nos processos de defesa do aparelho central, no trabalho conspirativo em geral, no estabelecimento duma disciplina de ferro, no trabalho de organização, na luta contra a provocação e a traição, na política de quadros.

Nos últimos tempos, particularmente desde a reunião e as decisões do CC em Dezembro de 1962, muitos aspectos da defesa do Partido têm registado considerável melhoramento. Os factos mostram porém que as medidas adoptadas foram insuficientes e que algumas delas não foram devidamente cumpridas.

O Comité Central considera que é necessário prosseguir, com acrescido vigor, um esforço para o melhoramento da defesa do Partido, esforço para que todos os militantes devem ser ganhos. Cabe nesse esforço um papel muito importante aos organismos de direcção, que têm a principal responsabilidade da defesa do Partido. Mas nesse esforço é necessário que participem os restantes organismos partidários. A defesa do Partido é tarefa de todo o Partido, e tarefa de cada militante.

MELHORAR OS MÉTODOS DE DEFESA

Por mais aperfeiçoada e intensa que seja a acção da PIDE e das outras forças repressivas fascistas, ela não pode paralisar nem desmantelar o aparelho clandestino do Partido, desde que este adopte métodos de defesa correctos, que os leve à prática com disciplina de ferro e que saiba estar atento à situação concreta para substituir rapidamente métodos que envelheceram por outros novos.

Muitos dos golpes aplicados pela polícia ao Partido têm resultado do desprezo pelos métodos de defesa. Por diversas ocasiões a movimentação intensa e desordenada dos militantes clandestinos permitiu à polícia vibrar sérios golpes no aparelho do Partido. A missão dos funcionários ilegais do Partido é dirigir, nas condições da mais cerrada clandestinidade, as organizações partidárias. Comfundir a acção dos funcionários do Partido com a de simples agitadores, é um erro que se paga caro. Por isso, a Direcção do Partido rodeia dos maiores cuidados e exigências a actividade dos seus militantes ilegais e combate a movimentação frenética, que facilita a acção do inimigo.

Outra condição central para que o aparelho clandestino resista aos ataques da polícia está na

compartimentação rigorosa de toda a actividade, no princípio de que cada quadro deve conhecer apenas o que é necessário para o seu trabalho. O conhecimento das instalações ilegais do Partido, dos seus pontos de apoio, dos seus meios técnicos, das tarefas e dos militantes, constituem segredos que não devem ser revelados senão na medida em que isso é necessário à realização das tarefas. Quando o Partido se afasta desta regra o inimigo tem condições para transformar golpes locais de pequena importância em golpes profundos que se propagam duns sectores a outros.

Se os órgãos dirigentes do Partido tomam uma posição burocrática perante os métodos de defesa, aplicando-os mecanicamente, não os comprovando na prática, não os renovando de acordo com as circunstâncias, a polícia pode aplicar de surpresa golpes de que nos julgávamos ao abrigo. Uma forma de defesa que é muito útil em determinado sector e em determinado período pode ser prejudicial noutras condições. Por isso, é da maior importância combater o burocratismo nos métodos de defesa, estudar a acção da polícia e procurar com espírito criador métodos novos de defesa.

POR UMA DISCIPLINA DE FERRO NO TRABALHO CONSPIRATIVO

A larga experiência mostra que o trabalho clandestino é o oposto da aventura e da improvisação e que requer uma disciplina constante e severa. Todos os militantes do Partido, e sobretudo os que actuam na clandestinidade, têm que fazer a aprendizagem dessa disciplina, vencendo a tendência para subestimar a máquina policial, para «jogar à sorte», para a precipitação e o pânico.

É muito longa a lista dos golpes policiais exclusivamente facilitados por actos de indisciplina de camaradas que, não cumprindo as regras conspirativas e as determinações de organismos superiores, deram origem à sua prisão e por vezes à prisão de outros camaradas, permitiram à polícia apoderar-se de documentos preciosos, de meios de defesa do Partido, etc.. Uma das formas mais correntes de indisciplina conspirativa é a inconfidência, a revelação de segredos do Partido, e contra ela também se deve mobilizar a luta de todos os militantes.

A base da luta pelo estabelecimento duma disciplina conspirativa inflexível está na compreensão do papel dirigente do Partido na libertação

do povo e na revolução democrática, na compreensão da força real do inimigo que enfrentamos. A disciplina impõe-se pelo exemplo e este deve partir de cima para baixo. Os dirigentes e militantes responsáveis do Partido que não sabem dar o exemplo no cumprimento das regras conspirativas, que deixam afrouxar a intransigência e praticam ou permitem o liberalismo, desarmam todo o Partido para resistir aos assaltos do inimigo.

O Partido defende-se aplicando sanções aos militantes que não respeitam a disciplina conspirativa e essas sanções são tanto mais rigorosas quanto maior for a gravidade da falta (independentemente dos prejuízos reais que provoca) e quanto maior for a responsabilidade do que a cometa. O Partido sofre menos prejuízos por sancionar ou mesmo suspender um militante que é indisciplinado em matéria conspirativa, do que se lhe permitir que ele ponha em risco a liberdade e a vida de militantes, a actividade do Partido.

Faça a defesa conspirativa do Partido, a única atitude revolucionária é a exigência intransigente da disciplina.

GUERRA AOS TRAIADORES

A virtude suprema dos comunistas é a dedicação, isto é, a firmeza perante o inimigo, o espírito de sacrifício, a entrega do melhor da sua vida à luta pela vitória do comunismo. Aqueles que fraquejam perante o inimigo, aqueles que denunciam ao inimigo camaradas seus e processos de trabalho do Partido, são seres desprezíveis, indignos não só do nome de comunistas que um dia tiveram mas também do convívio com quaisquer pessoas honradas. Como pode essa gente entrar no Partido, estar por vezes nele durante muitos anos, ganhar confiança, receber trabalhos de

grande responsabilidades? Isso resulta do mau conhecimento dos homens, da ligeireza no recrutamento e na promoção de quadros. Resulta do deficiente trabalho educativo, que dê aos militantes espírito de classe e de Partido e perspectiva revolucionária. Daí a necessidade dum melhoramento radical destes aspectos de trabalho do Partido. Daí a necessidade, na situação presente, duma «Verificação Geral» dos membros do Partido (verificação das suas biografias revolucionárias e do conhecimento das suas vidas) a começar pelos funcionários do Partido. Daí a necessidade

de intensificar a vigilância revolucionária de classe.

Alguns traidores puderam atingir tão gravemente o Partido porque conheciam mais do que era necessário que conhecessem, porque o trabalho estava mal organizado, porque não se respeitou a compartimentação e o secretismo. Daí a necessidade de limitar, por medidas de organização, por métodos de trabalho conspirativo, pela disciplina, os estragos possíveis que eventuais traidores podem provocar.

A traição é o acto mais abjecto dum militante do Partido. Todo aquele que denuncia os seus ca-

maradas deve ser corraçado (na prisão ou em liberdade) do Partido de todas as pessoas honradas, incluindo as famílias respectivas. Melhor é a orfandade e a viuvez que sofrer o drama e o enxovalho dum familiar que trai. Que onde trabalham, onde vivem, onde aparecem, se torne a vida negra aos traidores!

Os funcionários do Partido têm especial responsabilidade perante o Partido, perante a classe operária e o povo. A traição dum funcionário não pode ficar impune. Todo o Partido e a classe operária devem ser educados no ódio aos traidores. Que tremam os traidores pelo seu crime. Guerra aos traidores!

VEDAR O CAMINHO À PROVOCAÇÃO

A polícia faz um esforço amplo, sistemático, intenso, para introduzir provocadores no Partido. Instrui agentes seus para que entrem no Partido e «prestem serviços» que os aproximem dos organismos superiores. Aqueles que são presos e não têm um comportamento digno oferece a liberdade e cinheiro desde que fiquem ao serviço da PIDE. Nos últimos tempos a PIDE tem obtido neste domínio alguns sucessos. Se não tem conseguido levar provocadores até organismos responsáveis, tem conseguido levar provocadores até junto do aparelho clandestino central. Nos últimos anos, em casos verificados, dois provocadores ao serviço da PIDE que tinham «oferecido as suas casas para reuniões» puderam entregar vários funcionários do Partido ao inimigo.

Estes êxitos do inimigo impõem que se intensifique o cuidado no recrutamento e o melhor conhecimento em cada organização (em todos os escalões) de todos os seus membros.

Um cuidado muito especial deve ser dado a to-

dos aqueles que possam ser propostos para trabalhos auxiliares do aparelho clandestino. Os factos aconselham que para trabalhos auxiliares sejam escolhidos, não «pessoas de boa vontade» que aparecem, mas membros do Partido cuja vida e características sejam bem conhecidas.

Os provocadores mais recentemente localizados só o foram pelo facto de terem entregado camaradas à polícia. Daqui impõe-se a vigilância revolucionária de classe. Não se deve por sistema olhar com desconfiança os camaradas. Mas devem conhecer-se bem as suas características, estar atento às suas manifestações, acompanhar a sua actividade, verificar as suas qualidades e os seus prêmios.

Se há ainda provocadores no Partido, as organizações podem descobri-los e impossibilitá-los de provocar danos. Que pelo cuidado no recrutamento se vede o caminho à entrada desses perigosos agentes do inimigo.

FORTALECER A ORGANIZAÇÃO, PARA MELHOR DEFENDER O PARTIDO

Nas condições de completa clandestinidade todo o trabalho de organização e de estruturação do Partido deve assentar mais na qualidade que na quantidade. A luta contra a acção policial só pode ser devidamente organizada e travada, se o Partido for constituído por quadros dedicados, firmes e disciplinados e bem ligados às massas. É neste sentido que deve ser considerado o recrutamento (que deve prosseguir) e a composição dos organismos do Partido.

A descentralização do trabalho do Partido é uma medida de grande importância para a defesa do Partido que se impõe levar à prática onde a situação o exigir e aconselhar. As dificuldades de quadros com que às vezes se luta, não deve ser motivo para se aumentar os conhecimentos e responsabilidades de quadros ainda insuficientemente capacitados e provados. Pelo contrário. A subdivisão de certos sectores de trabalho pode permi-

tir a um tempo o desenvolvimento das organizações do Partido e de novos quadros dirigentes intermédios.

A separação do trabalho legal do ilegal é uma outra importante medida orgânica de defesa do trabalho do Partido, que deve estar sempre na ordem do dia. Quando se não observa o justo princípio da separação destes dois aspectos do trabalho partidário, em caso de golpe policial num deles, o outro pode também ser atingido. Ao contrário, quando se observa tal princípio, mesmo em caso de golpe policial profundo num dos lados, o outro continua a desenvolver-se permitindo que o Partido continue a levar às massas a sua orientação. Pensa o CC que nenhuma dificuldade pode justificar ou explicar qualquer mistura destes dois aspectos de trabalho partidário; fazê-lo só poderá provocar novas e maiores dificuldades ao Partido.

MELHOR CONHECIMENTO, MAIS CUIDADO NA PROMOÇÃO E EDUCAÇÃO DOS QUADROS

Nas difíceis condições de ditadura fascista, o Partido tem sabido forjar quadros de uma dedicação sem limites à causa da classe operária e do povo, verdadeiros heróis populares, de que justamente se orgulha. Mas se isto é assim, não devemos ignorar e muito menos deixar de salientar as graves deficiências e erros que não poucas vezes se têm cometido em matéria de recrutamento, selecção e promoção de quadros.

A passagem pela polícia de alguns quadros assinalada pelo seu mau comportamento e mesmo a tração mais abjecta de uns tantos, a verificação de que outros não tinham condições para virem ao quadro de funcionários, ou mesmo simplesmente para membros do Partido, mostra a necessidade urgente de se eliminarem aquelas deficiências.

Os quadros devem ser sempre avaliados mais pelo que fazem do que pelo que dizem, e isso só se consegue obter pela verificação regular das tarefas que realizam, e pelo seu comportamento moral e social no trabalho e mesmo na sua vida privada. É nos combates diários e pelo seu comportamento ante as dificuldades e sacrifícios que a luta comporta, que melhor se podem avaliar as qualidades e os defeitos dos quadros. Para avaliar os membros e os quadros do Partido interessa também sempre conhecer o conceito que os seus companheiros de trabalho tenham deles.

O critério para avaliar o valor dos quadros nem sempre tem obedecido a este princípio. Não poucas vezes, palradores sem qualidades são chamados

a tarefas de certa responsabilidade, enquanto quadros modestos, mas dedicados e firmes, só porque têm dificuldades em falar e escrever, são considerados negativamente. Deste errado conceito de avaliar os quadros não poucos prejuízos tem resultado para o Partido.

A promoção dos quadros deve ser sempre encarada com toda a responsabilidade. As dificuldades nunca deverão levar a precipitações nesta matéria. Na escolha e promoção de quadros é preciso ser-se cada vez mais exigente, não só porque a situação é cada vez mais difícil no ponto de vista de expressão, mas também porque as tarefas do Partido são cada vez mais complexas.

É necessário ter-se sempre uma informação muito precisa sobre todos os aspectos dos quadros a seleccionar e a promover sobretudo quando se trata do corpo de funcionários ou de organismos responsáveis do Partido. Todos os membros do Partido que os conheçam podem e devem informar sobre eles, em tudo que julguem necessário, os organismos responsáveis do Partido, incluindo o Comité Central. As bocas dos militantes não devem recear abrir-se para criticar os camaradas dos organismos superiores. Por vezes as informações negativas acerca dos quadros aparecem só depois do seu mau comportamento. É necessário que apareçam a tempo. É dum problema de vigilância revolucionária que se trata e não dum problema de desconfiança. Tombar na desconfiança por princípio seria muito prejudicial ao Partido.

TORNAR O PARTIDO UMA FORTALEZA INEXPUGNÁVEL

Há 37 anos o Partido Comunista Português luta nas difíceis condições de clandestinidade impostas pela ditadura fascista. Lançando ferozes ofensivas policiais, o governo anunciou numerosas vezes o seu propósito de destruir o Partido. Mas o Partido não foi nem poderá ser destruído. À custa da vontade, do espírito revolucionário dos sacrifícios dos seus militantes, sofrendo pesadas perdas, o Partido desenvolveu-se, engrandeceu-se, tornou-se a grande força política que hoje é. Nas condições duma ditadura fascista, duras batalhas não se podem travar sem perdas. Os comunistas terão que fazer grandes sacrifícios. Muitos cairão ainda nas mãos do inimigo, serão torturados, talvez assassinados. Baixas não se poderão certamente evitar. Mas pode e deve-se defender melhor todo o Partido e os seus quadros.

Para a sua defesa, o Partido não está só. O Partido conta com o apoio da classe operária e das massas populares, a que está ligado todo o seu desenvolvimento. Esse apoio sente-se na defesa diária do Partido. Trabalhadores sem Partido têm prevenido militantes clandestinos da aproximação da acção do inimigo e têm ajudado em muitos casos a libertar-se camaradas no momen-

to da prisão ou fugidos das prisões. O povo português confia no Partido. Para a sua defesa, o Partido deve confiar ainda mais no povo. A ajuda do povo português à defesa do Partido deve estimular-se, organizar-se, intensificar-se.

Os comunistas não temem as dificuldades. Encabeçando as lutas populares, aceitando todas as privações e jogando a vida na clandestinidade, enfrentando quando presos a polícia, o tribunal e os carcereiros, os comunistas cumprem com honra o seu dever. Não há torturas da PIDE que façam falar um comunista fiel ao seu Partido, como mostram os exemplos de muitos e muitos militantes, uns que hoje lutam em liberdade nas primeiras fileiras do Partido, outros que se encontram presos como MANUEL RODRIGUES DA SILVA, JOAQUIM PIRES JORGE, FERNANDO BLANQUI TEIXEIRA, ANTÓNIO DIAS LOURENÇO, OCTÁVIO PATO, MANUEL GUEDES, SÓFIA FERREIRA, CARLOS COSTA, AMÉRICO DE SOUSA, JOSÉ MAGRO, CARLOS ABOIM INGLÊS, ALDA NOGUEIRA, AFONSO GREGÓRIO, JOSÉ VITORIANO, FERNANDA TOMÁS, AIDA PAULA, CARLOS BRITO, JOSÉ CARLOS, JORGE ARAÚJO, GUI-

LHERME CARVALHO, MÁRIO SENA LOPES, JÚLIO MARTINS, JOSÉ PACHECO, IVONE LOURENÇO, AUGUSTO LINDOLFO, COLÉLIA FERNANDES, ALBINA FERNANDES, JULIETA GÂNDARA, JOAQUIM CARREIRA, ORLANDO RAMOS, MARIA PIEDADE GOMES, JOÃO HONRADO, ADOLFO RAMOS, JOSÉ ROLIM, JOSÉ BERNARDINO, ALBERTINA DIOGO, NATÁLIA DAVID, ADELINO PEREIRA DA SILVA, JOAQUIM VELEZ, AGOSTINHO SABOGA, ANTÓNIO SANTO, SEVERIANO FALCÃO, MANUEL RODRIGUES, LUÍS NOGUEIRA, ANTÓNIO LIMA, ARMANDO NORTE.

O Partido Comunista Português tem razões para se sentir orgulhoso pela tradição de coragem, dedicação e heroísmo dos seus quadros, que passou fronteiras e é conhecida e apreciada em todo o mundo. A história do Partido está cheia de

exemplos de homens e mulheres, que entregaram a sua vida a tudo sacrificam à luta pela democracia e ao socialismo. Torturados com selvageria, muitos até à morte, passando a maior parte da sua vida nas prisões ou evadindo-se corajosamente, enfrentando o inimigo com altivez e confiando sempre na vitória inevitável da nossa grande causa, milhares de comunistas (homens e mulheres, jovens e velhos) souberam e sabem erguer bem alto a bandeira do Partido, e mereceram e merecem a estima e o respeito do Partido e do Povo. Honra e glória aos mártires e heróis! Honra e glória ao nosso Partido que os educou e forjou!

O Partido vencerá todas as dificuldades e, prosseguindo o seu glorioso caminho, conduzirá o povo português à conquista da Democracia e do Socialismo.

Agosto de 1963

O Comité Central do Partido Comunista Português

SOBRE O RECRUTAMENTO DA ORGANIZAÇÃO E OS PLANOS DE ORGANIZAÇÃO

1— Nas condições de clandestinidade, o Partido tem de ser necessariamente um Partido de quadros. Uma organização pouco numerosa mas bem estruturada e constituída por militantes firmes, capazes e dinâmicos, pode ter uma maior influência e conduzir um maior trabalho de massas que uma organização numerosa, não estruturada, que se limita a manter as ligações. A preocupação fundamental deve ser criar organizações bem defendidas, compostas de camaradas firmes, em condições de dirigir a luta da classe operária e do nosso povo.

2— Entretanto, a organização do Partido, apesar dos progressos sensíveis verificados nos últimos anos, continua a ser fraca ou a estar ausente de importantes zonas rurais, centros industriais, centros populacionais, empresas e outros locais de trabalho. Daí a necessidade de alargar e aprofundar a organização, do Partido e aumentar a sua força numérica. Continua a ser necessário recrutar mais, embora recrutando mais cuidadosamente.

3— O recrutamento, o aumento numérico do Partido, não pode ser obtido através de «Planos de Organização» que fixam com antecedência, em cada sector e no conjunto do Partido, o número de membros e simpatizantes a atingir até determinada data. Tais «Planos de Organização», encarados de forma rígida, não tem em conta as con-

dições em que se desenvolve a organização na clandestinidade, as dificuldades e surpresas impostas pela repressão. A experiência mostra, não só as dificuldades em cumprir tais «Planos» como também que a emulação que se estabelece para atingir os números dos «Planos» leva a precipitações perigosas no recrutamento, ao afrouxamento da vigilância e também em alguns casos à contagem de organismos que não têm vida real e à transferência formal de simpatizantes para a categoria de militantes, dando assim uma falsa ideia dos progressos orgânicos do Partido.

4— O C.C. decide que o «Plano de Organização» que fixou o número de militantes a atingir até ao fim de 1963 seja considerado da forma seguinte:

a) Deve desistir-se de alcançar os números fixados, sempre que isso obrigue a recrutamentos precipitados, de pessoas cujas condições para serem membros do Partido não sejam devidamente conhecidas;

b) Devem manter-se os objectivos de conseguir organizar e estruturar o Partido em importantes regiões, localidades, empresas, classes, assim como reatar ligações perdidas e devem desenvolver-se sérios esforços para, sem prejuízos de segurança e defesa do Partido, alcançar rapidamente estes objectivos.

RESOLUÇÃO DO COMITÉ CENTRAL

SOBRE OS ORGANISMOS INTERMÉDIOS

O Comité Central considera que o melhoramento do trabalho dos organismos de direcção intermédios (Comités Regionais, Comités Locais, Comités de Classe e outros) é de importância vital para o desenvolvimento de todo o trabalho do Partido. Torna-se necessário não apenas intensificar a formação de organismos intermédios para melhor estruturar o Partido, como dar-lhes vida política e elevar o nível político do seu trabalho.

Devem ajudar-se os organismos intermédios:

- a) Escolhendo cuidadosamente os camaradas que os compõem;
- b) Dando maior assistência ao seu trabalho corrente;
- c) Fortalecendo a sua ideia de responsabilidade como organismos dirigentes;
- d) Tomando medidas para o desenvolvimento político dos seus membros;
- e) Editando materiais, publicando na imprensa do Partido e radiofundindo pela Rádio do Partido artigos que directamente os ajudem.